



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002345-82.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **ELISEU LIANI**
 Embargado: **GERALDA CAMPIDELLI**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

ELISEU LIANI ajuizou ação de embargos de terceiro contra GERALDA CAMPIDELLI, alegando a impenhorabilidade de um veículo, que lhe pertence com exclusividade e que é utilizado para transporte ao trabalho.

A embargada refutou tais teses, afirmando a penhorabilidade do bem. Manifestou-se o embargante, insistindo nos termos do pedido.

É o relatório.
 Fundamento e decidido.

Tramita uma execução proposta pela embargada contra Aparecida Geraldelo, lavrando-se penhora sobre o automóvel Ford Escort, registrado em nome do embargante (v. Fls. 6).

A própria executada foi nomeada depositária (fls. 6), permitindo a conclusão de que estava na posse e utilização do bem.

É casada com o embargante pelo regime da comunhão parcial de bens, m desde 17 de setembro de 2005 (fls. 8), presumindo-se a co-propriedade.

O embargante afirmou a propriedade exclusiva (fls. 2), mas não esclareceu quais circunstâncias autorizam essa ilação. Com efeito, não alegou que adquiriu com recursos exclusivos, não sujeitos à comunicação com a cônjuge, muito menos alegou tratar-se de bem adquirido anteriormente ao casamento. Incide a regra legal, previdente da comunhão dos aquestos. Cumpre apenas ressaltar o direito de meação.

Outrossim, é mecânico por profissão, pois assim se qualifica na petição inicial. A atividade não exige a utilização de um veículo, senão como meio de transporte, o que de modo algum induz impenhorabilidade.

O veículo certamente é útil para o embargante, mas não é indispensável ao exercício de sua atividade profissional. Utiliza-o como instrumento de transporte.

Utilidade para o transporte não se confunde com necessidade ou utilidade ao exercício da profissão em si.

A menos que o automóvel seja a própria ferramenta de trabalho, como ocorre no caso dos taxistas (REsp 839.240/CE, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 30.08.06), daqueles que se dedicam ao transporte escolar (REsp 84.756/RS, Rel. Min. Ruy Rosado, Quarta Turma, DJ de 27.05.96), ou na hipótese de o proprietário ser instrutor de auto-escola, não poderá ser considerado, de per si, como "útil" ou "necessário" ao desempenho profissional, devendo o executado, ou o terceiro interessado, fazer prova dessa "necessidade" ou "utilidade". Do contrário, os automóveis passarão à condição de bens absolutamente impenhoráveis, independentemente de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

prova, já que, de uma forma ou de outra, sempre serão utilizados para o deslocamento de pessoas de suas residências até o local de trabalho, ou do trabalho até o local da prestação do serviço (REsp 1196142/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Min. CASTRO MEIRA, 2ª T., j. Em 05/10/2010).

Observe-se a alteração constante do artigo 655-B do Código de Processo Civil, acrescentado pela Lei nº 11.382, de 06.12.2006 - DOU 07.12.2006: *Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.* Incorporou-se ao Código de Processo Civil o entendimento jurisprudencial segundo o qual *os bens indivisíveis, de propriedade comum decorrente do regime de comunhão no casamento, na execução podem ser levados à hasta pública por inteiro, reservando-se à esposa a metade do preço alcançado* (STJ, Corte Especial, REsp. 200251-SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 06.08.2001; STJ, 2ª Seção, EREsp. 111179-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho, j. 30.03.2005, dentre outros).

Diante do exposto, **acolho em parte os embargos**, apenas para reduzir a penhora à metade ideal do veículo, livrando da constrição a metade pertencente ao embargante, recaindo sobre o produto da alienação, nos termos do artigo 655-B do Código de Processo Civil..

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas em processuais em igualdade, observando-se o benefício da gratuidade processual (Lei 1.060/50).

P.R.I.C.

São Carlos, 23 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**